

# A INFLUÊNCIA DAS IDEIAS PEDAGÓGICAS DE ROUSSEAU EM PORTUGAL

por

ÁVILA DE AZEVEDO

Logo a seguir ao aparecimento da primeira edição, datada de 1762, do «Émile ou de l'Éducation» de Jean-Jacques Rousseau, produziu-se na Europa um vasto movimento de curiosidade pelas doutrinas educativas. No quarto de século que sucedeu à publicação do «Emílio» só em França editaram-se mais do dobro das obras sobre educação que nos primeiros sessenta anos do século XVIII (1). Nas nações pensantes da Europa, como a Alemanha e a Inglaterra, o tratado de Rousseau foi imediatamente traduzido e a sua influência manifestou-se profundamente na geração de filósofos germânicos em que se destacam os nomes de Fichte, Kant e Schiller. Factos por demais conhecidos de todos os estudiosos do pensamento rousseauiano.

Em língua espanhola, embora um pouco mais tarde, o «Emílio» foi igualmente vertido pelo abade José Marchena, no ano de 1817 e reimpresso sucessivamente. Apareceram novas traduções impressas em 1854 e em 1855 em Paris e em Madrid.

E em Portugal? Nos fins do século XVIII e no primeiro quartel do século XIX abundam as traduções de línguas estrangeiras,

---

(1) Introdução de François e Pierre Richard a «Émile», ed. Garnier, Paris, 1964, pág. XXIX.

nomeadamente em francês, sem que o «Emílio» faça a sua aparição, como vamos ver. Um dos periódicos que mais contribuiu para o conhecimento de autores alienígenas foi a «Gazeta Literária», publicada de 1761 a 1762, nesta cidade do Porto, dirigida pelo P.<sup>e</sup> Francisco Bernardo de Lima e suspensa por alusões desfavoráveis à política do marquês de Pombal. (1) Pretendia esta gazeta fornecer uma «notícia regular» das artes e das ciências na Europa (2). Mas, ainda que de duração efémera, o seu exemplo frutificou e, a partir da data da sua fundação, prossegue a tradução de escritores franceses, entre os quais Bernardin de St. Pierre, cujo romance «Paul et Virginie» foi objecto de uma versão de Barbosa do Bocage, só publicada em 1905 pelo Dr. Teófilo Braga. «Les aventures de Télémaque» de Fénelon já em 1765 apareceram num texto português, antes da edição de 1795 de Francisco Manuel do Nascimento que igualmente traduziu *Gil Blas* de Le Sage e «Les Martyrs» de Chateaubriand. Outros autores em plano secundário merecem o interesse dos editores portugueses que vêm de encontro ao apetite pela leitura, sobretudo de ficção. (3)

Todavia se Rousseau é por vezes citado não nos consta que tenha sido traduzido no século XVIII. Só em 1837 aparece em português «A Nova Heloisa» numa versão publicada em Paris da autoria de Eusébio Pereira da Câmara Trindade (4). E no rastreio a que procedemos, possivelmente incompleto, afigura-se-nos que o «Emílio» é completamente ignorado em Portugal até ao momento em que Almeida Garrett usa dele largamente na sua curiosa obra «Da Educação», escrita na Inglaterra e publicada em Londres, em 1829, no período do exílio (5).

Não se pode afirmar, também com fundamento, que o desconhecimento do «Emílio» entre nós seja consequência das apertadas

---

(1) José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica portuguesa*, Portugália Editora, Lisboa, 1965, págs. 38-39.

(2) Id. id., pág. 42.

(3) V. a este respeito Hernâni Cidade, *Ensaio sobre a crise mental do século XVIII*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1929, págs. 191 e segs.

(4) Em casa de J. P. Aillaud, Quai Voltaire, 11, Paris, 1837.

(5) Em Casa de Sustenance e Stretch, 14, Percy Strett, Rathbone Place, impresso por R. Greenlaw, 39, Chicester Place.

malhas da censura. No período em que o notável P.<sup>e</sup> José Agostinho de Macedo foi nomeado «Censor do Ordinário» (1824) não encontramos elementos que nos levem a concluir que o «Emílio» tivesse sido proibido de entrar em Portugal (1). É certo que no «Parecer dado acerca da situação de Estado de Portugal», escrito por José Agostinho de Macedo, este panfletário não só revela conhecimento da obra de Rousseau mas ainda, aludindo à sociedade utópica que ele desejava construir, o apoda do «associal e atrabiliário João Jacques» e marca os seus escritos de «incendiários» (2).

Seria de esperar, portanto, que a censura incidisse sobre os livros de Rousseau; consultando, porém, as relações de volumes franceses, que foram submetidos a exame de José Agostinho de Macedo, não se descobre a mínima referência a qualquer das suas obras. Desta maneira, como vamos ver, Rousseau só reaparece, entre nós, no século XIX.

## 2. «Da Educação» de Almeida Garrett

Não cabe no âmbito deste estudo demorar-nos na análise do livro de Garrett que constitui, no entanto, uma obra fundamental da nossa literatura pedagógica. Segundo o plano que foi apresentado pelo escritor (3) e as suas declarações (4) «Da Educação» é apenas o Livro Primeiro (Educação doméstica ou paternal comum de ambos os sexos) de um extenso tratado que compreenderia mais três livros: o segundo, sobre a educação escolar para o sexo masculino; o terceiro, sobre a educação doméstica para o sexo feminino; o quarto sobre a educação pública.

---

(1) *Obras inéditas de José Agostinho de Macedo*, com breve estudo sobre a história da censura oficial por Teófilo Braga, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1901.

(2) *Obras inéditas de José Agostinho de Macedo*, ed. cit., pág. 306.

(3) *Obras completas de Almeida Garrett, Da Educação*, Empresa da História de Portugal, Lisboa, 1904, pág. 19.

(4) *Obras completas de Almeida Garrett*, edição do centenário, Empresa da História de Portugal, Lisboa, 1904, pág. XLIV.

Almeida Garrett aludindo na sua autobiografia ao trabalho «Da Educação» afirma que devia constar de três volumes. Acrescenta que os dois volumes seguintes se perderam em 1832 num naufrágio na foz do Douro do navio, vindo dos Açores, que trazia a sua bagagem. Mas havia refundido a obra «por novo método e forma» para ser oportunamente publicada (1). O mais provável é que nunca tivesse dado realização a este projecto. Assim o julga fundamentadamente o seu minucioso biógrafo Francisco Gomes de Amorim (2).

«Da Educação» compõe-se de «doze cartas dirigidas a uma senhora ilustre encarregada da instituição de uma jovem princesa». «A senhora ilustre» era D. Leonor da Câmara, marquesa de Ponta Delgada, nomeada por D. Pedro IV perceptora da sua filha, a futura D. Maria II. A obrinha tem assim um duplo objectivo: pedagógico e político.

Garrett, sempre pródigo em explicações da sua própria obra, confessa-nos que «Da Educação» fora o resultado de sete anos de esforços e seis meses «de contínua aplicação e trabalho», sòmente para a redacção do primeiro volume (3).

### 3. *A influência de Rousseau em Garrett*

A presença e a sugestão de Rousseau afluíram constantemente ao espírito de Garrett no tratado «Da Educação». De todos os autores pedagógicos lidos ou seguidos é o que mais profundamente o influencia.

Logo na introdução da obra cita o «cidadão de Genebra» como mestre de educadores (4) e aponta o seu método de evolução fisiológica e psicológica de Emílio desde o berço até à sua integração social como exemplo a tomar para a elaboração «Da Educação»

---

(1) Id., id., id. pág. XLIV.

(2) Francisco Gomes de Amorim, *Memória Biográficas de Almeida Garrett*, vol. I, pág. 495.

(3) *Da Educação*, ed., cit., pág. 20.

(4) *Da Educação*, ed., cit., pág. 10.

se não fora o receio de se comparar a autor tão excelso... (1). Mais adiante e, ainda à laia de prólogo, julga Garrett conveniente não considerar somente um tipo de educação ou seja a dualidade perceptor-aluno, a que se confinou Rousseau, mas alargá-la a uma formação colegial, especialmente indispensável aos rapazes (2).

Decerto Garrett cita outros educadores, desde Aristóteles e Plutarco até Fénelon, Rollin, Helvécio, Locke e Condillac (3). Mas tanto para manifestar aplauso ou concordância às suas ideias, como para as rebater, é a maior parte das vezes o «Emílio» de Rousseau que lhe serve de guia e de inspiração. Deste modo, vamos examinar quais os aspectos mais expressivos na formação educativa de «Emílio» que impressionaram o autor «Da Educação».

Desde o início, nas normas de puericultura que se impõem à criança, Garrett encontra ensejo para as divulgar e as preconizar entre nós. E, sucessivamente, vai explanando, através das suas cartas, pontos de vista que pertencem a Rousseau, umas vezes integrando-os completamente no corpo doutrinário do seu plano educativo, outras vezes adaptando-os à mentalidade nacional, outras vezes ainda criticando-os.

Logo no desabrochar da infância Garrett toma do autor de «Emílio» o preceito que «os cuidados da educação começam com o primeiro vagido da infância». E, ainda de acordo com ele, conclui que estes cuidados só «acabam quando o homem e a mulher estão hábeis não só para gerar e conceber, mas para se dirigir a si e educar a prole». (4)

Já lá vai o tempo — acrescenta Garrett — em que as mães entregavam os filhos a amas mercenárias, «graças à irresistível eloquência do educador do Emílio». (5) Todavia, considera a apóstrofe bem conhecida de Rousseau como uma regra que admite excepções. Na verdade, as moléstias ou as tendências mórbidas

---

(1) Id., id., pág. 12.

(2) Id., id., pág. 17.

(3) *Da Educação*, ed., cit., pág. 10.

(4) Id., id., pág. 55.

(5) Id., id., pág. 57. V. «Émile ou de l'Éducation», ed., cit., págs. 15-18.

do filho exigem algumas vezes o recurso ao aleitamento estranho das amas ou até dos animais... (1).

As práticas de puericultura condenadas pelo A. do «Emílio», como sejam as de ligar e de precintar as crianças, de embalá-las, de apressar ou de retardar o período de desmamação, de enroupá-las demasiadamente não merecem igualmente a simpatia do nosso educador (2). Contudo reage à ideia que a criança tenha de ser necessariamente sadia e robusta para que possa vingar. Não aceita o postulado em que assenta a formação educativa do Emílio. Desejaria até que a criança nascesse «enferma e débil» para que resultassem todos os esforços de recuperação física... (3). Ora Rousseau pressupõe «um nascimento feliz, uma criança bem formada, vigorosa e sã». Não procura aqui obedecer às realidades biológicas porque o perceptor, ou seja o próprio autor, tem de se assegurar previamente de um dever que a natureza não lhe impôs. Como poderia levar a cabo a sua missão se tomasse o lugar do enfermeiro em vez do de mestre? (4).

O educador do Emílio, obedecendo às prescrições da natureza, não só recomenda com uma severidade espartana a vantagem do banho frequente para as crianças mas ainda a utilização de água fria embora aplicada gradualmente (5). Garrett aduz que o banho é necessidade natural sem o levar aos rigores aconselhados por Rousseau. Por outro lado, verbera o hábito português de ir diminuindo o número de banhos com o crescimento, tomando esta hidrofobia responsável por muitas dermatoses que grassavam em Portugal, no seu tempo, especialmente na Beira.

Ainda neste período do desenvolvimento da primeira infância o nosso pedagogo alude aos «brincos e joguetes» com que se entretêm as crianças no berço (6). Aproveita da oportunidade para

---

(1) *Da Educação*, ed., cit., págs. 57-58. Rousseau, «Émile», ed., cit., pág. 41.

(2) Ed., cit., págs. 57-60.

(3) Ed., cit., pág. 60 r. n.º 1.

(4) «Émile», ed., cit., L. I, págs. 28-29.

(5) Id., id., págs. 37-38.

(6) *Da Educação*, ed., cit., págs. 62-63.

se insurgir contras os «relicários, os signos saimões e todas essas bruxarias idólatras» com que em Portugal se tornam os meninos supersticiosos. Está plenamente de acordo com o seu mestre de pedagogia que a criança se exercite nos seus jogos funcionais não com artefactos complicados, como guisos de prata, de ouro e de coral, mas com «ramos de árvores floridos ou frutescentes» como traduz Garrétt (1).

Na parte II do seu tratado leva-nos o autor, fiel ao seu método tanto cronológico como de sistematização de conhecimentos, pela segunda e terceira infância até à adolescência, ou melhor «puerícia», designação que aplica aquelas duas fases. A educação física, intelectual, religiosa e moral preenche as cartas terceira, quarta e quinta. Na própria educação religiosa, apesar da confessada obediência à ortodoxia católica, poderíamos descobrir ressaibos do teísmo de Rousseau...

Na carta sexta conclui-se a puerícia. «Perto vem a adolescência, a formosa idade das esperanças...» Nesta época a educação moral deve sobrepor-se à educação intelectual. E agora Garrett vai ter, mais uma vez, ensejo de seguir os ensinamentos do doutrinário francês (2).

Chegou o momento — tal como no «Emílio» os livros são detestados — de se apresentar ao pupilo de Garrett, entre o nove e os doze anos, o seu primeiro livro. Em França, tinha-se por hábito facultar às crianças, como primeira selecta de textos, as fábulas de La Fontaine. Neste momento o nosso escritor toma nitidamente o partido de Rousseau quanto à impropriedade das fábulas como lição de moral citando mesmo a sua conhecida máxima: «Il n'appartient aux hommes que de s'instruire dans des fables».

Não só acolhe favoravelmente a argumentação do pedagogo do «Emílio» mas acrescenta ainda razões da sua própria lavra. De facto, aduz ele, as fábulas foram inventadas na antiguidade

---

(1) Id. id. cit., pág. 62; «Émile», ed., cit., L. I, pág. 52.

(2) *Da Educação*, ed. cit., págs. 99-101.

greco-latina pelos escravos para nelas ocultarem as queixas e os ressentimentos contra o despotismo dos seus senhores. E collocando-se num século «experimental» perguntava ainda se os nossos filhos deveriam se ensinados com «alegorias de pagãos e de escravos» (1).

Recomenda-nos então um «Plutarco» da puerícia constituído por exemplos de varões ilustres desde os Gregos e os Romanos até aos Lusitanos, porquanto a «fábula quer dizer fingimento; e fingimento é mentira; e mentira nem zombando se deve ensinar às crianças». Evidentemente que toda esta querela, em que Rousseau e Garrett são intervenientes, se encontra ultrapassada em face das didácticas contemporâneas: há muito que as fábulas deixaram de ser elemento activo na formação moral das crianças.

O mesmo não se pode dizer da concepção do ensino da história e da sua metodologia que continuam objecto de discussão apaixonada. Garrett considera-a «como elemento ou antes complemento da educação moral», ou ainda, «um curso experimental da ciência da vida» (2).

São estes os princípios que o autor vai desenvolver no âmbito da carta sexta: da história podem inferir-se «as mais seguras regras de vida e os mais sólidos preceitos da moral» (3). Mas para chegar a esta conclusão apoia-se de tal modo em Rousseau que transcreve extensos trechos do «Emílio». Segundo ele, «um livro em que certamente há grandes erros, como em todos os livros dos homens, grandes e perniciosas exagerações, mas em que há também muita e sublime verdade» (4). Tal como o seu predecessor observa que por intermédio do ensino da história se evita ao pupilo a perversão e a contaminação dos vícios da sociedade ou como nos traduz de Rousseau: «quisera mostrar-lhe os homens de longe,

---

(1) *Da Educação* ed. cit. págs. 101-104; «Émile», Livros II e IV, *passim*.

(2) *Da Educação*, ed., cit., pág. 100.

(3) *Id.*, *id.*, pág. 117.

(4) *Id.*, *id.*, pág.



mostrar-lhos em outros tempos e em outros lugares, de sorte que ele (Emílio) pudesse ver a cena sem nunca poder ser autor dela» (1).

Como Rousseau e como ainda antes dele Montaigne, de que Garrett regista em vernáculo a preferência («eis aí porque o meu homem, cá para mim, é Plutarco»), o nosso escritor também opta pelas *Vidas dos Varões Ilustres*, apresentadas como modelo inexcusável das virtudes e dos vícios da humanidade.

Na organização de uma colectânea de textos para o ensino da história procura combinar o que ele denomina método analítico e o método sintético: o primeiro pelo encadeamento dos factos históricos ou seja uma espécie de história geral; o segundo apontando o exemplo dos grandes homens que intervêm nos acontecimentos.

No ponto de vista da formação intelectual Garrett ainda se aproxima do seu predecessor. Segue as suas pisadas quando para concretizar o ensino da geometria aconselha o uso da régua e do compasso (2), mas afasta-se dele, e sem razão, ao discordar do método de desenhar copiando da própria natureza:

«Pegar num objecto natural e artificial, seja qual for, e dizer-lhe simplesmente: «Desenha isso»: é mandar-lhe fazer garatujas de parede de escola» (3) — frisa ele.

Sustenta, pois — e dá o exemplo de uma flor que logo murcha quando arrancada da planta — que o melhor método é o de apresentar ao pupilo o original e a cópia para que este apreenda como se reproduz o objecto.

No entanto, toda a didáctica da escola moderna e, sobretudo, os métodos activos são inspirados pela norma que no ensino do desenho se deve respeitar a personalidade e os interesses do aluno o qual deve escolher o motivo do seu trabalho com inteira liberdade.

---

(1) Id., id., págs. 118-119.

(2) Id., id., pág. 168.

(3) *Da Educação*, ed., cit., pág. 173.

Nem mesmo competirá ao professor emendar ou aperfeiçoar os trabalhos que lhe são apresentados. A crítica didacticamente mais profícua é a dos próprios escolares perante os desenhos dos seus condiscípulos (1).

Como se sabe, no plano de inserção social de Emílio cabia a aprendizagem do trabalho manual ou mais propriamente de um ofício tal como ele se considerava no século XVIII, dentro da organização ainda em vigor das corporações de mesteres. Esta actividade complementar do educando de Rousseau não tinha somente a função que se atribui na escola moderna ao trabalho manual, como diálogo permanente entre o cérebro e as mãos, mas uma finalidade enquadrada nos ideais rousseauianos de afirmação da liberdade, de independência e, por isso, se consubstanciava na preparação profissional de um determinado ofício — o de carpinteiro. A escolha também assentava em motivos de ordem doméstica, higiénica e estética (2).

Ora é muito significativa a discordância de Almeida Garrett acerca da obrigação imposta a Emílio. Para ele «parece-lhe um tanto exagerada a doutrina de Rousseau sobre a necessidade de todos os homens aprenderem um ofício» (3). Admite, sim, que os pais facultem aos filhos uma formação profissional definida. Mas não vê a razão — ou não a compreende — que seja um ofício mecânico.

Não vê a razão... Segundo o escritor português existem outras profissões em que os indivíduos podem ser igualmente úteis ganhando o pão de cada dia. Podem citar-se o médico, o químico e outras actividades que não sejam necessariamente de índole manual. É verdade que Rousseau, com dons proféticos, previa que a antiga nobreza, vítima dos princípios igualitários da Revolução Francesa, tivesse de lançar mão de outras habilidades que não fossem a

---

(1) Ver, por exemplo, M. M. Aguayo, «Didáctica da Escola Nova», trad. port. págs. 378-379.

(2) Rousseau, *Émile*, ed., cit., pág.234.

(3) *Da Educação*, ed. cit., pág. 158.

gerência dos seus próprios bens. E mesmo em Portugal, «vítimas de outras revoluções», muitos compatriotas que antes ocupavam as eminências sociais (Garrett pensa, de certo, na sua própria situação no momento em que escrevia o livro) viram-se obrigados a expatriarem-se e a lutarem com a penúria cotidiana...

Não compreende... O ofício de carpinteiro tinha sido escolhido por Rousseau, entre outros ofícios, por reunir condições não só de aplicação prática, mas ainda de comodidade e de interesse estético. Representava um momento educativo, em que na frase conhecida de Stanley Hall, a mão está próxima do cérebro ou então a fuga e derivativo das ocupações exclusivamente intelectuais, num equilíbrio saudável entre os exercícios do corpo e do espírito de modo que sirvam de descanso uns aos outros (1). Garrett, talvez inconscientemente, obedecia a um impulso da tradição nacional que menosprezava, ainda como afirmação de superioridade social, os trabalhos mecânicos...

As elucidativas notas com que Garrett finaliza o volumezinho «Da Educação» oferecem-nos ainda elementos complementares sobre a influência de Rousseau. Aqui cita os seus preceitos de profilaxia infantil (2); noutro ponto alude à força do sentimento na formação da consciência (3). Estas e outras observações tão pertinentes testemunham o lugar de relevo que atribui às doutrinas educativas de Rousseau entre as de outros pedagogos. Não havia portanto exagero nas palavras com que se refere ao trabalho «Da Educação», na sua autobiografia, considerando-o «obra filha de longos estudos e profundas meditações» (4).

#### 4. *A influência posterior de Rousseau*

Só muito recentemente as doutrinas pedagógicas de Rousseau voltam a despertar interesse entre nós. O Sr. António Sérgio ocupa-se da «profissão de fé do vigário saboiano» no seu ensaio «Ciência e Educação» para demonstrar que as regras de moral

---

(1) Rousseau, «*Émile*», L. III, ed. cit., pág. 237.

(2) «*Da Educação*», ed. cit., notas C. U. X. Y e Cc, págs. 183, 193-194 e 195.

(3) Id. nota G, pág. 185.

(4) *Obras completas de Almeida Garrett*, Empresa da História de Portugal, Lisboa, 1904, vol. I, pág. XLI.

e as sanções que as acompanham se apoiam na fé <sup>(1)</sup>. Noutro ensaio, denominado «Educação e Patriotismo», considera o «Emílio» como fonte de educação cívica <sup>(2)</sup>. Finalmente, publicou excertos desta obra, precedidos de um prefácio, em que Rousseau é justamente proclamado como «o criador da Pedagogia» <sup>(3)</sup>.

Tivemos assim ocasião de verificar, através desta sondagem que não tem a pretensão de esgotar o tema, como só episódicamente as doutrinas de Rousseau interessam os nossos educadores. Esta omissão não se prende com o conteúdo do seu pensamento filosófico, que se distingue perfeitamente do ideário e das reflexões pedagógicas do «Emílio», embora entronquem nele nos planos mais elevados de formação religiosa, moral e política do educando. Será motivada, porventura, por não existirem edições portuguesas da obra fundamental de Rousseau, além das dificuldades que oferece aos estudantes de pedagogia um volumoso tratado, por vezes difuso e contraditório, como «Emílio ou da Educação».

---

<sup>(1)</sup> «Ensaio», t. I. Renascença Portuguesa, Porto, págs. 105-108.

<sup>(2)</sup> Id., id., págs. 116-120.

<sup>(3)</sup> E. «Inquérito», série B, Pedagogia, Lisboa, 1940. O Sr. Dr. Cruz Malpique, num estudo publicado em separata da Revista «Labor», n.ºs 140/141, intitulado «Rousseau — poço de contradições», refere-se igualmente às suas teorias pedagógicas, realçando em especial as atitudes e as afirmações que nele são contraditórias.